

# As Heranças de Cabinda

Maria Alexandre Dáskalos\*

*Porque é que há portugueses, hoje, refêns no enclave de Cabinda? Para entender as exigências que os cabindenses fazem a Portugal é preciso recuar na história e perceber como cada uma das partes justifica a sua posição.*

Os recentes raptos de cidadãos portugueses no enclave de Cabinda chamaram a atenção da opinião pública para o problema político daquela região. Para o melhor entendimento deste problema, é necessário começar por uma breve resenha histórica, que explique os argumentos das partes envolvidas.

Os independentistas tentam recuperar uma memória fragmentada e sem consistência histórica para justificar a sua luta descontextualizada da história colonial portuguesa e do colonialismo moderno em Angola. A sua argumentação parece também alheia à génese e ao desenvolvimento da moderna luta anticolonial angolana, espelhada nas mentalidades nacionalistas que se formam na dobradoira do complexo do movimento geral da independência de Angola.

O debate sobre o futuro do enclave terá que ter em conta as contingências do processo pós-independência e a progressão das representações nacionais, nascidas das aspirações de unidade nacional, e sobretudo eridas pela guerra civil.

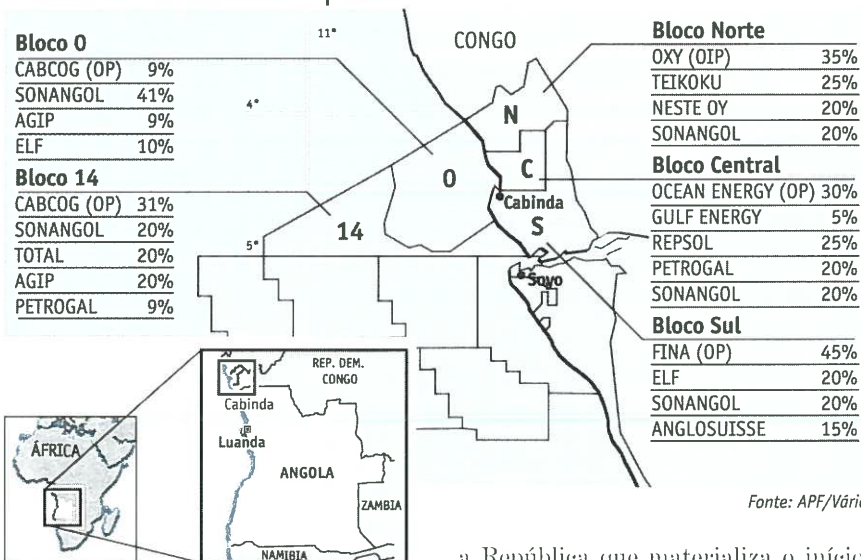
Os finais do liberalismo monárquico são caracterizados pela continuidade das soluções de compromisso, específicas da presença portuguesa nos territórios africanos, até

à conferência de Berlim (1884-85). É a pressão europeia para que Portugal proceda a uma ocupação real das colónias que leva, já no termo da monarquia, às famosas “campanhas de pacificação”. O tratado de Simulambuco insere-se, portanto, num tempo de reconhecimento dos poderes locais, de palavra de cavalheiros e de compromisso, pois não restava outra solução ao frágil poder português.

Depois da Conferência de Berlim, Portugal, não conseguindo defender os seus alegados direitos históricos, foi

forçado, desde o Ultimatum Britânico (1890) até à 2ª Guerra Mundial, a negociar com as grandes potências ocidentais a sua presença nas colónias. Acabou, finalmente, por ser o desacordo entre estas que permitiu a Lisboa manter as dependências africanas. É

## Cabinda: Concessões petrolíferas



a República que materializa o início do colonialismo moderno em Angola, fazendo para tanto tábua rasa dos tratados e das políticas de arranjo do liberalismo monárquico. São ideias republicanas – tão do apreço dos “angolenses”, e de outros notáveis africanos, por significarem a esperança de liberdade – que vão, precisamente através dos seus actores portugueses, destruir essas camadas dos antigos interlocutores com o anterior poder colonial.

Apesar da sua importância, não interessa aqui debicarmos sobre a luta anti-colonial que fragmentou

\* Jornalista

elites e povos de Angola. Importa sim dizer que o movimento que conquistou o poder em Luanda em 1975 apresentava no seu programa político uma proposta sobre Cabinda, tendo em consideração a sua especificidade e história. O chamado “Programa Maior do MPLA” propunha a autonomia clara da região a todos os níveis. Isto demonstra que não foram as famosas riquezas de Cabinda que definiram esse projecto político do partido do poder, mas o conhecimento da história e das particularidades do território, não esquecendo, no entanto, o ideal do projecto de integridade das fronteiras de Angola, como está estipulado pela OUA.

A situação de guerra civil pós-independência, que dura até hoje, a instalação de uma ditadura de partido único, que se prolongou por 17 anos, o posicionamento de Angola ao longo da guerra fria ao lado da União Soviética e de Cuba levaram ao endurecimento de políticas, desrespeitando o pró-



*Cidade de Cabinda: um território na “África útil”, para onde confluem várias estratégias.*

prio programa do MPLA. Deste modo, perdeu-se a flexibilidade política, em termos de pensamento e de acção, e a questão da autonomia começou a ser vista como ameaçadora para a integridade nacional numa situação de guerra.

É aqui que entra o papel do petróleo como arma estratégica de financiamento do esforço bélico – que permitiu, aliás, o facto insólito de os americanos explorarem os depósitos petrolíferos sob a guarda de cubanos.

Não podemos deixar de criticar as políticas para o enclave, que financiava o país e a guerra, mas que foi ostra-

cizado e esquecido durante 17 anos. Isto permite perceber o que levou os herdeiros do Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda, que lutaram no período colonial contra o poder português, a agarrarem posteriormente nas armas a fim de se baterem pela independência.

À consciência histórica e à herança da luta vieram somar-se os erros acumulados de uma má administração central e o posicionamento estratégico entre dois poderes – o americano e o francês (este através da companhia ELF).

É preciso lembrar que Cabinda encontra-se numa região da África Ocidental Central onde se degladiam as influências norte-americanas e as práticas remanescentes da política neocolonial francesa e os respectivos agentes. A queda do regime de Mobutu no ex-Zaire e os conflitos do Congo Brazaville revelam bem como as fronteiras de Cabinda estão sujeitas às instabilidades políticas dos dois Congos, aos desígnios das multinacionais e, apesar de África não contar

muito na política de Washington, ao confronto das ambições dessas mesmas multinacionais francesas e dos interesses americanos.

Cabinda está na chamada África útil, o que faz com que várias estratégias confluem no território, tornando extremamente difícil para Luanda a gestão desses interesses, também presentes em Angola. As actuais medidas do poder central com vista à

autonomia de Cabinda chegam tarde, mas mais vale tarde do que nunca. Na realidade, com excepção das fracções independentistas cabindenses, nenhum movimento ou partido político angolano aceita ou têm no seu programa a separação do enclave do espaço nacional.

O que ocorreu em Angola no pós-independência foi, precisamente, o surgimento da consciência da necessidade da conservação da integridade territorial angolana. Uma discussão futura poderá analisar se a melhor solução é um poder central ou uma forma federativa. ■